

|                     |                                  |
|---------------------|----------------------------------|
| <b>Processo nº:</b> | 1286/2025                        |
| <b>Interessado:</b> | Fundo Municipal de Saúde         |
| <b>Assunto:</b>     | Dispensa – Art. 75, inciso VIII. |

## PARECER JURÍDICO

*EMENTA – DISPENSA. FASE PREPARATORIA. LEI 14.133/2021. 1. Dispensa de procedimento licitatório em decorrência da necessidade de aquisição de alimentos e água mineral para Secretaria Municipal de Saúde. 2. Aplicação do artigo 75, inciso VIII da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 107/2024. 3. Manifestação favorável nos termos do artigo 53, §4º da Lei 14.133/2021.*

1. Versam os presentes autos sobre a dispensa de procedimento de licitação para contratação emergencial de aquisição de alimentos e água mineral para o Fundo Municipal de Saúde, conforme ETP e termo de referência em anexo.

2. A estimativa da despesa pretendida é no importe de **R\$ 36.054,30 (trinta e seis mil, cinquenta e quatro reais, trinta centavos)**, conforme documentos financeiros elaborado pelo Departamento de Orçamentos, devidamente acostados.

3. Consta dos autos Documento de Formalização de Demanda – DFD com a justificativa da situação emergencial para alimentação dos pacientes internados e servidores plantonistas, assim como, para as atividades das Unidades Básicas de Saúde, Academia de Saúde e SAMU.

4. É o breve relato. Segue manifestação nos termos do artigo 53, §4º da Lei 14.133/2021.

5. Preliminarmente, insta salientar que a legislação aplicável ao caso vertente é a federal disciplinada pela Lei Federal nº 14.133/2021.

6. Dito isso, avancemos na análise.

7. O **art. 75, inciso VIII** da Nova Lei de Licitações, é claro ao disciplinar a dispensa do procedimento licitatório nos casos de emergência ou de calamidade pública:

*“Art. 75 - É dispensável a licitação:*

*VIII – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no **prazo máximo de 1 (um) ano**, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;*

*§6º Para os fins do inciso VIII do caput deste artigo, considera-se **emergencial a contratação por dispensa com objetivo de manter a continuidade do serviço público**, e deverão ser observados os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei e adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório, sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial.*

8. O dispositivo legal acima admite a contratação direta nos casos de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos.

9. Por sua vez, o §6º do art. 75, definiu que deve ser considerada emergência, a contratação por dispensa com objetivo de manter a continuidade do serviço público, exigindo que sejam

observados valores praticados pelo mercado e adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório.

10. No presente caso a Secretaria Municipal de Saúde justificou a emergência em razão do Hospital e as demais Unidades de Saúde encontrarem desabastecimentos de gêneros alimentícios e água mineral para seu regular funcionamento, destacando a necessidade de alimentação dos pacientes internados e dos servidores plantonistas.

11. Assim, a licitação, em regra, é o procedimento obrigatório para a realização de compras, porém, por vezes, ocorrem situações em que se torna possível a dispensa do procedimento.

12. No presente caso, a Administração Pública está diante de exceção à regra do procedimento, também prevista na lei de licitações como ocasiões de dispensa (art. 75), posto que, a emergência compromete a prestação de serviço de saúde e até mesmo as atividades da Secretaria Municipal de Saúde.

13. Segundo o § 6º, do art. 75 da Lei 14.133/2021 as dispensas emergências devem atender os seguintes requisitos: **i)** manter a continuidade do serviço público; **ii)** valores praticados pelo mercado – baseado pesquisa de preço; **iii)** providências necessárias para conclusão do processo licitatório.

14. Assim, verifica-se que a pretensão de compra por meio de contratação direta emergencial, no presente caso, se amolda as exigências da Lei 14.133/2021.

15. Quanto à designação da Agente de Licitação e equipe, fora acostada aos autos o Portaria nº 1.626/2025, restando cumprido o ditame consignado no artigo 7º, 8º, §§ 1º e 5º, da Lei nº 14.133/2021.

16. Quanto às disposições orçamentárias, foram cumpridas as exigências pertinentes, constando nos autos as Declarações e Certidões Orçamentárias e Financeiras pelo Departamento de Contabilidade e Secretária de Finanças, em consonância com o disposto no art.16, II da LRF.

17. No tocante à minuta contratual, ela mostra-se em conformidade com as exigências legais previstas no artigo 92 da Lei 14.133/2021.

18. Registramos por derradeiro que não nos cabe emitir qualquer juízo de valor acerca de orçamentos, valores, cálculos, bem como em relação a aspectos técnicos, conveniência e oportunidade da aquisição pretendida pela Administração, pois dizem respeito a elementos extrajurídicos que escapam da nossa competência e conhecimento.

19. Restringindo esse controle de legalidade a aconselhar que obrigatoriamente o valor deve ser o de mercado, e pesquisado na forma do art. 23 da Lei 14.133/2021, ao analisar a Justificativa de Preço percebe-se que foi utilizado os parâmetros e metodologias legais para estimativa do preço.

20. Quanto a instrução do processo verifica-se sob os aspectos técnicos e jurídicos, que se mostra de acordo com o art. 72 da Lei 14.133/2021.

21. Ainda, orienta que é obrigatória a publicação do ato que autoriza a contratação direta ou o extrato do contrato no sítio eletrônico oficial - PNCP (art. 174 e art. 72, parágrafo único, da Lei 14.133/2021).

22. Por todo o exposto, **opina-se** favoravelmente ao prosseguimento do feito, considerando que o procedimento se enquadra no rol da dispensa de licitação, considerando, ainda, que o presente processo está instruído com toda documentação necessária à declaração de dispensa de licitação, eis que foram atendidos todos os requisitos legais previstos na Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, não encontrando nenhum óbice para o seu deferimento.

É o parecer que se submete à consideração superior.

**Cabeceiras – Goiás, aos 27 de março de 2025.**

**Milena Maurício Moura**  
**Assessora Jurídica**  
**OAB/GO 27.004**